

PLANEJAMENTO URBANO E LAZER

*Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano de Curitiba*

INTRODUÇÃO

A conquista de um fantástico mundo de lazer é a mais recente promessa da publicidade para os privilegiados habitantes da sociedade de consumo.

Exageros à parte, muitos fatores têm contribuído para que as demandas em recreação cresçam rapidamente com o desenvolvimento econômico e a exploração do lazer se torne uma parcela importante da economia das nações, através de indústrias do setor e do turismo.

Por este fato, os países desenvolvidos estão sendo acusados de estar construindo uma verdadeira "civilização do lazer", o que é motivo de alerta para alguns historiadores, preocupados com o exemplo da decadência de Roma e outros impérios, por abandonarem os princípios de austeridade e trabalho sobre os quais foram construídos.

Se a procura do prazer pelo prazer é um aspecto patológico da recreação, e como norma de comportamento torna-se um fator de desagregação social (e da

N. da R. — Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional sobre o Lazer pela equipe do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. O seminário realizou-se na Capital paranaense, em novembro de 1974.

queda de impérios), é fato que a ocupação das horas livres das pessoas assume um papel cada vez mais importante nas sociedades modernas.

A função natural do lazer é a recuperação e o aprimoramento da capacidade física e mental dos indivíduos e, em nível de coletividade, um poderoso agente de integração social. No entanto, nas sociedades contemporâneas o lazer perde cada vez mais suas características coletivas e tende a se individualizar. De agente ativo das relações sociais passa a colaborar com o isolamento das pessoas. Inicialmente um meio de reconhecimento e domínio do mundo exterior, as atividades recreativas invertem seu papel sob a pressão das estruturas sócio-econômicas e passam a ser um meio de fuga da realidade.

Desta maneira, o lazer assume dois aspectos – positivamente, como elemento dinâmico do desenvolvimento cultural, a nível pessoal e de comunidade, e negativamente, como ação individualista, passiva e alienada.

As cidades geralmente não estão preparadas para oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento dos lazers e nem mesmo para oferecer opções a seus habitantes. De outro lado, a exploração do lazer se tornou uma poderosa indústria, que tendo como fim o lucro e portanto alicerçada no poder de compra, tende a oferecer produtos massificados, feitos normalmente para passar o tempo, não oferecendo uma atividade gratificante a seus usuários.

Neste quadro, a recreação torna-se mais um fator alienante, porque como produto comercial é estandarizado e ligado a questões de *status* por intermédio do poder aquisitivo dos usuários, tornando-se mais um componente do asfíxiante e monótono ritual cotidiano; no entanto, a ocupação adequada das disponibilidades do lazer tem sido identificada por psicólogos, educadores e urbanistas como a balança onde se medirá o equilíbrio psíquico dos habitantes das grandes cidades contemporâneas. De fato, o ato de recrear-se exerce uma função essencial na estrutura psíquica dos seres humanos, como um exercício de liberdade e criação. Estudos recentes sobre comportamento vêm comprovando que toda atividade de animais em liberdade possui um componente lúdico, isto é, produz por si mesma uma satisfação independente de recompensa, mesmo em situações essenciais à sobrevivência. O mesmo acontece com o homem como ser biológico e tem-se defendido a hipótese de que na exploração criativa de sua ludicidade está a origem da cultura e da civilização. No entanto, as estruturas sócio-econômicas das atividades urbanas modernas vêm sufocando a parcela lúdica das atividades existenciais dos seres humanos, abalando seriamente sua estrutura psico-biológica.

O bem-estar e a segurança da população são de responsabilidade do poder público que, face à consciência crescente da neurotização do homem urbano, deve assumir o compromisso primordial de tornar humanas nossas cidades, por intermédio de um programa efetivo de criação de oportunidades e ofertas de recreação, da recriação da paisagem urbana e da valorização e preservação da natureza.

É necessário, pois, que nossas cidades estejam equipadas para oferecer as facilidades essenciais ao pleno desenvolvimento da personalidade de seus habitantes, seja para oferecer-lhes uma paisagem rica de opções e uma abertura para a liberdade, seja apenas para contornar os perigos potenciais do ócio. Alguns psicólogos definem a delinqüência como "patologia do lazer", problema de todas as grandes cidades, herança do rápido e caótico desenvolvimento de suas estruturas urbanas, sem a contrapartida de um desenvolvimento social adequado. E neste aspecto é indiscutível o papel na formação da personalidade e um relacionamento social sadio, da vida ao ar livre, da prática de esportes, da convivência com a natureza e de uma paisagem urbana coerente e de boa qualidade, por oferecerem as condições para que sejam satisfeitas as necessidades naturais das pessoas para a movimentação, a convivência, os jogos, os contatos com a natureza e a liberdade.

ENFOQUE DO PROBLEMA

O nascimento de uma consciência coletiva e o conseqüente desenvolvimento de uma vida social e cultural sadia, alicerçadas sobre uma política de lazer comum a todos, encontra nas cidades muitos fatores desfavoráveis, devido ao fato de que a paisagem natural e a função recreação sempre tiveram pouca influência na forma física assumida pela cidade; assim, poderíamos citar entre eles:

- a) **Urbanismo e Arquitetura** – conglomerados de edifícios sem pólos de atração, onde as ligações são mal realizadas. Edifícios uniformes, ortogonais, monótonos. Ausência de locais de encontro. Perda da intimidade doméstica.
- b) **População** – diferença de níveis de renda e classes sociais, segregação social, instabilidade das pessoas, confusão entre vida profissional e vida doméstica; dicotomia entre trabalho e residência.
- c) **Equipamentos de recreação** – ausência de equipamentos, implantação inadequada ou inadaptada ao espírito que os anima. Falta de pessoal especializado e recursos financeiros.
- d) **Estrutura de Animação** – ausência de animação global. Estímulos existentes fracos, inadequados e contraditórios.

De outro lado, os habitantes das grandes cidades são freqüentemente acusados, pelas lideranças, de apáticos e individualistas. Na realidade as estruturas urbanas têm funcionado como amplificadores dos problemas sociais, colaborando com a exclusão das pessoas da vida coletiva, uma vez que não possuem uma opção mais segura que se voltar para a célula familiar e, graças à televisão, participar, por procuração, da animação do mundo.

Em face do que foi dito, a implantação de um sistema de recreação planejado e integrado no contexto urbano, acessível à toda população, terá de assumir duas medidas:

a) Como a forma física assumida pela cidade em seu desenvolvimento não considerou a necessidade de lazer da população e a manutenção de sua ecologia, a implantação de um sistema adequado de áreas de recreação exigirá medidas drásticas por parte do poder público.

b) A implantação de equipamento recreativo é ineficiente por si mesmo, se não for acompanhada de medidas visando à modificação de hábitos da população, objetivando sua participação efetiva em programas culturais de recreação.

A recente valorização da função recreação e da natureza nos países desenvolvidos, até então considerada de baixa prioridade em relação a outros serviços urbanos, demonstrou que os governos municipais não têm capacidade financeira para arcar com as novas e variadas demandas da população em suas horas de lazer. Nestes países a participação de recursos federais e estaduais, por intermédio de programas específicos, é o que tem permitido às cidades enfrentarem o problema. A solução global das estruturas de recreação urbanas torna necessário sensibilizar, para o problema, os governos estaduais e federal. Sem o apoio destas áreas, os municípios só poderão se ater a soluções parciais, paliativas, amparadas na indiferença aparente do público e que se resume no aproveitamento de áreas disponíveis, apenas por serem disponíveis, e às quais são destinadas verbas reduzidas. Tal atitude, por sua vez, provavelmente não contribuirá para a solução do problema, mas apenas para seu agravamento futuro.

Outro fator a considerar deve ser o fato de que as estruturas sócio-econômicas das cidades modernas estão exigindo cada vez um maior condicionamento do homem contemporâneo às necessidades do sistema, e este processo de massificação será o adversário mais formidável de um programa amplo e sério de recreação pública e do desenvolvimento de uma verdadeira política cultural.

Assim, independente dos problemas específicos da materialização espacial e da implantação das estruturas de animação, a manipulação das ofertas de lazer através de suas formas e qualidade implicará em uma decisão moral por parte do poder público: o uso da recreação como instrumento de conscientização ou de alienação.

É evidente que a solução dos problemas existenciais e materiais do homem transcende o limite de ação do planejador e seus meios, e que o lazer não é a "tábua de salvação" para os problemas urbanos, mas sim um passo importante para tornar as cidades estruturas compatíveis com a dignidade do ser humano.

Ambas as medidas colocadas inicialmente impõem uma visualização global do problema e um planejamento cuidadoso, e é o que se propõe em termos globais neste trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RECREAÇÃO E SEUS ESPAÇOS

A FORMA E A NATUREZA DOS ESPAÇOS DE RECREAÇÃO

O lazer reúne basicamente quatro tipos de atividades: física, artística, intelectual e social, que se encontram combinadas nos diversos espaços equipados e poderá se desenvolver nas mais diversas formas:

a) **atividades físicas** — prática e assistência de esportes, passeio, entretenimento, amenização e repouso;

b) **atividades artísticas** — trabalhos manuais, criatividade, jardinagem;

c) **atividades culturais** — cinema, teatro, museus, concertos, conferências, cursos, leitura, descoberta da paisagem urbana;

d) **atividades sociais** — restaurantes, bares, clubes, danças, locais de encontro.

Estas atividades se desenvolvem normalmente de maneira intermitente e de modo geral não se apresentam da maneira estanque da classificação citada, mas como um conjunto de atividades relacionadas e compostas de maneira a atender ao gosto pessoal de cada um. De outro lado, o planejamento não atende necessariamente a todos os aspectos e formas que a recreação assume — visto que muitos deles são resolvidos em âmbito restrito, e não coletivamente — mas deve responsabilizar-se pela criação do maior número possível de opções compatível com o contexto sócio-econômico.

O equipamento previsto para os espaços de recreação deverá atender a todas as faixas etárias e ser bastante diversificado, devendo-se considerar que, apesar da grande atração exercida pela natureza, grande parte das pessoas tem interesse persistente por atividades manuais e aquelas que exigem atuação efetiva dos participantes, como compensação física e psíquica a uma sociedade cada vez mais dominada pela racionalização e estandarização do trabalho e dos produtos de consumo.

Quanto à frequência de uso, a recreação poderá ser cotidiana, semanal ou de fins de semana, e sazonal.

a) **Recreação Cotidiana** — intimamente ligada às atividades diárias das pessoas, desenvolve-se principalmente no âmbito do lar e de suas proximidades. Os equipamentos necessários são de uso local, com pequeno raio de ação, e dependem especialmente da natureza das relações de vizinhança da comunidade e das relações espaciais entre habitação e trabalho (praças, playgrounds);

b) **Recreação Semanal ou de Fins de Semana** — espaços localizados em zona urbana ou regional, de equipamento diversificado, com área de ação condicionada pela densidade e qualidade das estruturas urbanas e pelo ritmo das migrações (grandes parques, feiras, centros comerciais e culturais, atrações turísticas, etc.). Utilizados principalmente durante as horas livres de sábados,

domingos e feriados, podem manter atrações especiais (por exemplo — zoológico). Devido ao grande raio de ação e longa permanência dos usuários, exigem uma complexa infra-estrutura de serviços.

c) **Férias de Estação** — sítios naturais de utilização específica apoiada em infra-estrutura especial de serviços (estradas, auto-estradas, moradia, luz, água) utilizados em alguns períodos do ano. (praias, montanhas, estações de água, etc.). As férias de estação estão, entretanto, restritas a parcelas minoritárias da população, devido ao seu alto custo, e normalmente estão fora do alcance do planejamento local.

O problema fundamental da implantação de projetos de recreação são os espaços necessários para atender à demanda, não só pela dificuldade de os conseguir como pelo alto preço que os terrenos atingem nas áreas densamente povoadas, exatamente as que mais necessitam dos mesmos. A disponibilidade do terreno, de outro lado, é insuficiente para garantir a qualidade da área e o seu sucesso. É necessário que os espaços destinados às atividades recreativas se situem geográfica, econômica e socialmente em locais adaptados não somente às características das atividades recreativas que suportam, mas também às potencialidades de plena utilização oferecidas pelo sítio em si. É também necessária uma infra-estrutura de serviços urbanos suficientemente desenvolvida para ampliar a frequência dos espaços recreativos.

A organização de um espaço de recreação deve prever uma área de ação bem definida e detectar os fatores externos de evolução local cujas influências serão importantes para determinar o futuro desse espaço.

Dois aspectos, pois, devem ser estudados detalhadamente na implantação de equipamentos sócio-culturais, pois de sua adequação dependerá o seu uso e o cumprimento de sua finalidade: a localização e a qualidade do equipamento. As áreas de recreação devem estar integradas na vida das pessoas e constituir ocasião de encontros. Deve-se também considerar que o lazer está intimamente ligado à função "habitar". A integração destas funções seria um objetivo ideal do plano, visto que a segregação das mesmas empobreceria o conteúdo de cada uma delas. A circulação de pessoas indo e vindo para suas casas estimula as atividades do lazer mais próximas e cria condições de participação coletiva efetiva nas mesmas.

Equipamentos especializados tendem a aumentar as divisões da vida cotidiana e reproduzir os efeitos psicológicos desastrosos constatados na especialização do trabalho. Os equipamentos geralmente são recusados pelos usuários porque não permitem qualquer escolha e normalmente estão fora dos acessos usuais. Em nível de atividades, os equipamentos tendem a impor valores que as pessoas não aceitam mais para si mesmas.

Em função dos aspectos citados, a locação de parques e outros espaços recreativos é um dos fatores fundamentais do sucesso dos programas de recreação pública. O fracasso de muitos espaços deve-se tanto à fragilidade das características potenciais do sítio em si, como à dificuldade de acesso,

deficiência dos transportes de massa e à inexistência de serviços essenciais. Além da cuidadosa escolha do sítio, a experiência demonstra que se deve minimizar ao máximo o uso de equipamentos fixos e de uso restrito e ampliar a oferta para ambos os sexos e para todas as faixas etárias.

Nanine Clay, analisando estes aspectos — localização e qualidade do equipamento — relacionados com os resultados obtidos com a construção de parques infantis em cidades norte-americanas, nota que os mesmos estão praticamente vazios a maior parte do tempo, e que muitos aparelhos e brinquedos são ignorados e permanecem sem uso. Observa que a causa do abandono dos *playgrounds* e *playfields* pode ser explicada pela crença generalizada entre administradores e técnicos, de que basta colocar equipamentos em uma área disponível para atrair frequentadores e resolver o problema da vizinhança, crença que na sua opinião é, no mínimo, um erro grosseiro.

À implantação inadequada soma-se a construção de equipamentos geralmente caros e sofisticados que levam mais em conta os aspectos formais do que a psicologia dos usuários. Os projetistas, arquitetos e escultores, de novos parques infantis tendem a rejeitar aparelhos manufaturados pelo seu mal desenho, mas reproduzem o defeito fundamental destes equipamentos: formas rígidas que exigem uma adaptação por parte das crianças e impedem qualquer manipulação.

Enfim, o equipamento dos espaços de recreação será bem sucedido se oferecer chances à participação e à criatividade das pessoas. Estruturas rígidas, limitadas, no fundo não fazem mais que repetir a pobreza do espaço urbano e arquitetural e o clima medíocre e opressivo do trabalho, da escola e do lar. Os espaços de recreação devem ser planejados de maneira a serem dominados por aqueles que os utilizam e não oferecer apenas uma versão mascarada do mundo de todo o dia, onde as coisas se propõem em termos de desejos e não de realizações.

De outro lado, deficiências de serviços urbanos na iluminação e manutenção das áreas de recreação afastam as pessoas por sugerirem idéia de insegurança, reforçada pela presença de desocupados e ausência de policiamento.

De acordo com a densidade de uso e raio de ação provável, os espaços de recreação poderão ser:

a) espaços funcionais, de uso local e pequeno raio de ação, correspondentes às diferentes estruturas sócio-econômicas distribuídas pela superfície da cidade (praças de 5.000 a 20.000 m²);

b) espaços polivalentes de grande raio de ação e frequência intermitente;

b.1) grandes áreas naturais favoráveis às atividades físicas de recreação:

- espaços verdes (bosques, parques, etc.);
- espaços azuis (lagos, rios, praias, etc.);
- sítios rochosos (serras, zona montanhosa);

b.2) sítios históricos e culturais, locais característicos de uma vida cultural nova ou pontos tradicionais (centro da cidade, setor histórico-tradicional, etc.).

Na qualificação dos espaços recreativos, deve ser considerado o potencial da rua, que devolvido ao homem, pode preencher algumas das funções do lazer. Livres do automóvel que eliminou das ruas a polarização dos contatos sociais, elas podem recuperar a ambiência com a qual se pode jogar livremente para a recuperação das múltiplas relações entre os homens. Recuperada esta característica, a rua e as praças preenchem sua função educativa de paisagem, de dinamismo social, de sintetização dos componentes institucionais da vida urbana.

Finalmente, deve-se notar que a exigência de espaços para recreação é enorme e uma previsão correta não poderá ser mesquinha sob pena de inadequação de uso e rápida saturação.

OBJETIVOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DO LAZER URBANO

A estrutura urbana de lazer é um plano setorial, um subsistema do complexo geral do planejamento e portanto coerente com as diretrizes urbanísticas globais para o desenvolvimento urbano, pois é este que fornece a infra-estrutura de apoio dos espaços de recreação nas formas de utilização do solo, sistema viário, transporte de massa, preservação da paisagem natural, etc.

A eficiência dos espaços de recreação é função do correto equacionamento entre sua área, seus equipamentos, sua localização na trama urbana e das motivações geradas na população para o seu uso.

A análise destes fatores fornece os parâmetros definidores das diretrizes básicas de uma proposta técnica, que em nível de especulação deve considerar as necessidades da população como um todo, e planejar um conjunto de espaços integrados na vida da comunidade, adequadamente equipados e dinamizados por um movimento de caráter objetivo e de profundas raízes culturais — a Animação, que se constitui essencialmente na criação e ordenação de um plano de motivações do interesse efetivo, visando a participação máxima das pessoas em programas culturais de recreação coletiva.

Em sentido amplo, isto equivale a tratar o problema como uma "política de desenvolvimento cultural", necessária para despertar na recreação de massa o equilíbrio entre os valores do repouso, do divertimento e o aperfeiçoamento das capacidades dos indivíduos, bem como suscitar o equilíbrio entre os valores de recreação e trabalho, em suma, das relações família-sociedade.

Assim, a definição de objetivos terá, como princípios fundamentais, as seguintes diretrizes:

a) as ofertas de recreação devem atender a toda a cidade, atuar em todas as camadas sociais e em todas as faixas etárias;

b) as ofertas de recreação devem ser compatíveis com a dinâmica social e com as aspirações da população;

c) as ofertas de recreação não devem ser discriminatórias nem estar sujeitas a critérios de *status* ou estratificação social;

d) o plano de recreação deve ser compatível com as diretrizes globais do planejamento urbano e estar integrado aos diversos planos setoriais. O plano de recreação *per si* é necessário, mas não é suficiente;

e) considerando a importância da preservação da natureza e da paisagem urbana, os espaços de recreação devem estar integrados à paisagem natural e à cidade;

f) o plano de recreação deve ser a base de uma "política de desenvolvimento cultural" da comunidade e não apenas uma coleção estática de ofertas de lazer.

É nesta definição de objetivos que se fixam os níveis de qualidade da recreação como um meio de promoção do homem e da comunidade, a partir do atendimento de suas funções básicas: desenvolvimento físico e mental, amenização e integração social.

PLANO DE RECREAÇÃO: METODOLOGIA BÁSICA

A organização dos espaços destinados ao lazer, no contexto urbano e regional, integrados aos planos globais de desenvolvimento do município e polarizados por intermédio da ação atuante das forças de animação, será definido em três níveis operacionais, definidos a partir dos objetivos gerais:

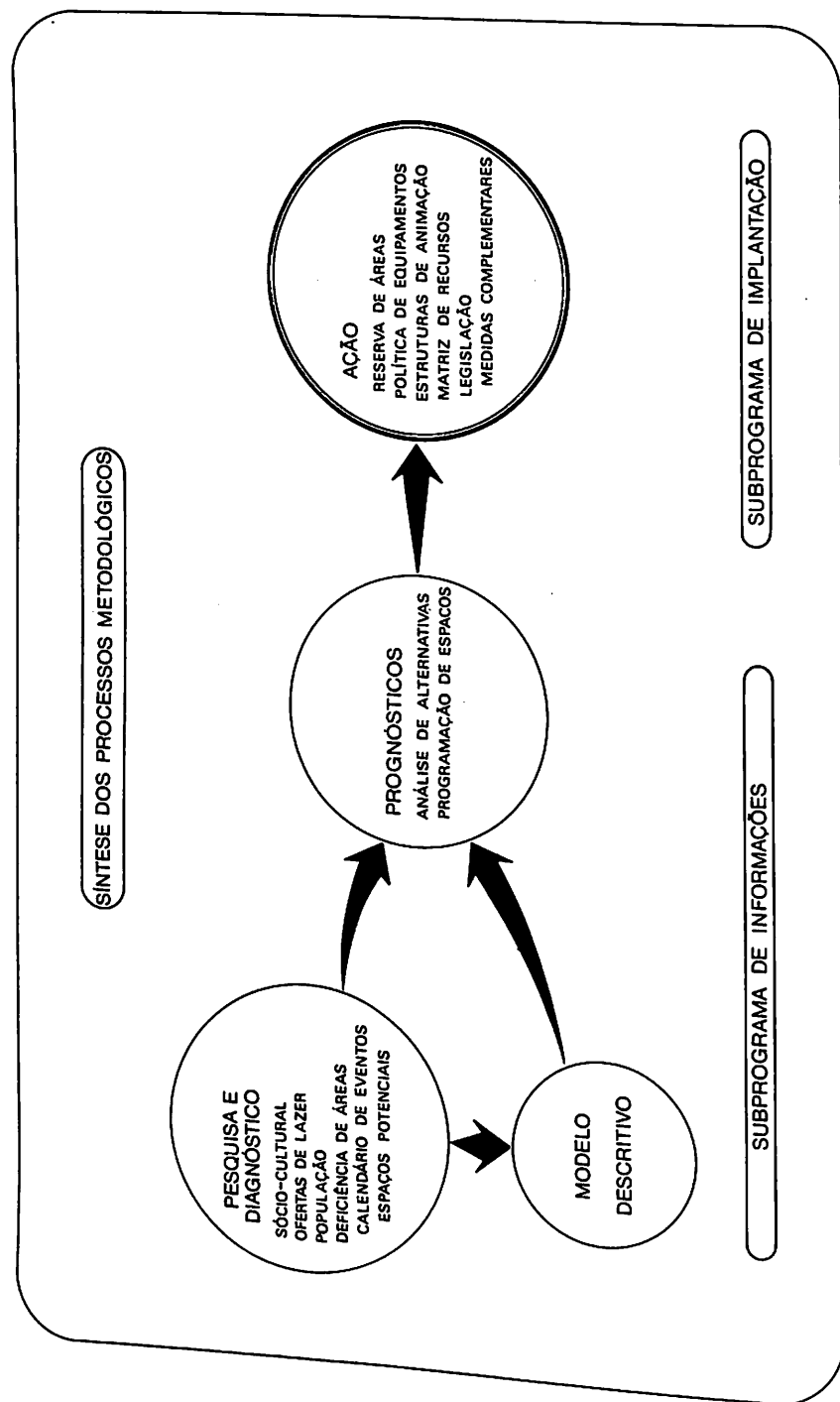
a) Pesquisa e Diagnóstico

O conhecimento da situação do lazer como parte da vivência da cidade permitirá, face às transformações sócio-econômicas, que sejam definidas as potencialidades presentes e futuras sobre as demandas e oferta de recreação pública. A análise comparativa e explicativa realizada por meios empíricos e analíticos deve levar em consideração os seguintes dados:

a.1) pesquisa sócio-cultural objetivando conhecer o aproveitamento do tempo livre e os hábitos recreacionais da população, o rendimento destinado ao lazer e expectativas e reivindicações no setor;

a.2) levantamento das ofertas de lazer existentes em todos os setores da vida da cidade e região e seus níveis de atuação, raios de ação, infra-estruturas de apoio e atrativos;

a.3) distribuição da população pela malha urbana, ocupação do solo e as perspectivas de crescimento da cidade;



a.4) análise comparativa entre as diversas áreas da cidade, objetivando identificar as deficiências de áreas livres, o funcionamento das existentes e a desagregação (e suas causas) de atividades recreativas programadas;

a.5) levantamento do calendário de movimentos de interesse coletivo da cidade, como feiras, festas folclóricas e regionais, etc., e, se possível, análise de desenvolvimento destas atividades e seu potencial de sobrevivência futura e dos pontos de interesse cultural ou turístico;

a.6) levantamento dos espaços potenciais para a recreação, o grau de urbanização da área e infra-estrutura de serviços existentes, o nível de aceitação da população em relação ao sítio, a frequência provável, os custos de desapropriação, se for o caso, e da implantação de equipamentos.

A análise dos dados citados permitirá a construção de um modelo descritivo da situação da vida recreativa da cidade onde se estruturarão o sistema social e cultural urbano e seu relacionamento qualitativo e quantitativo com as ofertas de lazer existentes.

b) Prognóstico

A partir de um sistema de valores ligados à qualidade da recreação, a definição de objetivos permitirá definir, em um quadro de previsões, os seguintes elementos:

- b.1) análise de alternativas e definição das melhores opções a seguir na organização espacial urbana das áreas de lazer;
- b.2) programação dos espaços de recreação e das estruturas de animação.

c) Ação

Esta fase determinará as etapas operacionais para o estabelecimento de uma dinâmica de decisões e meios de implantação do modelo, por intermédio de:

c.1) aquisição e reserva dos espaços necessários à recreação, previsão da infra-estrutura mínima necessária e a sistemática operacional para colocá-los à disposição do público;

c.2) definição de uma política de equipamentos mínimos, em função de análise qualitativa e quantitativa, por intermédio de ação conjunta de especialistas em equipamentos, educadores, sociólogos, etc.;

c.3) estruturação da Animação e identificação das forças dinâmicas sociais (associações, estudantes, etc.) e suas condições de atuação nas áreas em questão;

c.4) elaboração da matriz de fontes e usos de recursos financeiros, o que permitirá o dimensionamento do plano em suas diversas etapas, a curto, médio e longo prazos;

c.5) elaboração do Plano de Obras Prioritárias, englobando projetos executivos, minutas de desapropriação, previsão de recursos e sistemática operacional;

c.6) definição das medidas complementares com legislação, instalações de apoio e sinalização, organização dos quadros de pessoal administrativo e de animação.

A metodologia proposta abrange, portanto, dois subprodutos: um subprograma de informações e um subprograma de mecanismos de implantação.

O primeiro fornecerá acesso fácil a todos os dados e variáveis utilizados no planejamento em sua continuidade processual, o segundo um instrumental que facilite a atuação eficiente do poder público ao suprir as deficiências do setor e equipar a cidade adequadamente.

O PLANO DE RECREAÇÃO

O conjunto de ações objetivando a implantação de um sistema integrado de espaços de recreação e das estruturas de animação é sistematizado por intermédio do plano de recreação.

Basicamente, um plano operacional em nível executivo deve fornecer ao administrador as diretrizes básicas do setor e os meios de atuação técnicos e financeiros, por intermédio de programas e projetos a curto, médio e longo prazos, e integrado nas metas globais do planejamento urbano.

a) A Definição dos Espaços de Recreação

A estrutura física do plano consiste basicamente na distribuição, no território, das diferentes categorias dos espaços de recreação, suas áreas, programação de seus equipamentos e da infra-estrutura de serviços, raio de influência e graus de frequência provável.

A classificação e escolha das áreas, no cômputo geral, deverão obedecer a objetivos bem definidos, pois, como foi dito, a simples disponibilidade da área não é condição suficiente. As mesmas devem oferecer potencial atrativo e possuir condições de se integrar à vida comunitária como parte da vivência das pessoas, isto é, de atender às condições básicas de suas necessidades de liberdade, expressão e beleza. Assim, em uma primeira aproximação, teríamos:

a.1) Áreas de grande densidade de utilização

São as áreas que fazem parte da vida diária das pessoas e os suportes da maior parte das atividades cotidianas de recreação. Representam a essência cultural do tipo de vida urbana e devem estar intimamente ligadas a elas. Nos setores mais antigos da cidade nascem espontaneamente. Às vezes, até em condições adversas. São as ruas que polarizam a vida urbana no centro da cidade, as praças, os campos de esportes, as ruas de recreação, etc.;

a.2) Parques naturais de utilização variada

Nestas áreas, a maior frequência corresponde às etapas de migrações semanais. Mais isoladas da vida diária, suas condições de paisagem e o equipamento mais específico e atrativo são a referência fundamental e o elo entre seus usuários. Possuem grandes áreas e devem estar localizados em posições de fácil acesso;

a.3) Sítios históricos e culturais

São os centros de interesse permanente ou ocasional da cidade, os elementos originais do desenvolvimento cultural urbano. Sua identificação e a tomada de medidas visando valorizá-los se tornam importantes para a comunidade. De outro lado, são os pontos que exigem o maior cuidado na manipulação e a definição precisa dos vetores de seu funcionamento. No caso de dúvidas, deixar como estão.

As atrações e opções recreativas na era do automóvel transcendem os limites urbanos e é importante identificar na região pontos de acesso em curto espaço de tempo que ofereçam algumas opções a mais aos habitantes da região, e que seriam:

a.4) Zonas naturais e históricas

Zonas organizadas com vistas ao turismo de temporada e eventualmente semanais, freqüentadas em função de características altamente atrativas, como por exemplo, praias, para as cidades que não as têm, ou cidades históricas, para as que não o são.

a.5) Espaços selvagens

Áreas mantidas em seu estado primitivo como condição atrativa com a função primordial de manter a flora e a fauna. Seriam grandes parques nacionais ou estaduais de acesso fácil e infra-estrutura de serviços mínima. Sítios rochosos, cavernas visitáveis, grandes lagos e rios não-poluídos oferecem excelentes potenciais turísticos.

Estes espaços devem atender a algumas condições para seu uso pleno e a minimização de seu custo social, por intermédio de:

1) detecção de zonas e áreas particularmente atrativas e bem situadas: as áreas com bosques e vegetação formada devem ter prioridade;

2) proteção destas zonas e áreas por meio de uma política de aquisição de equipamento mínimo, decidido e programado segundo critérios de urgência e investimentos;

3) organização dos espaços de maneira que se estabeleça progressivamente e se mantenha a coexistência das atividades tradicionais e modernas para evitar, entre outras coisas, a ruptura entre jovens e adultos;

4) tomada de medidas para garantir a manutenção da área e dos equipamentos e a segurança dos usuários.

b) Indicação da Infra-Estrutura de Serviços Existentes,

Das manifestações espontâneas às formas mais evoluídas, a animação é um todo. Seu papel consiste essencialmente em identificar as estruturas permeáveis das relações humanas ao nível de cada coletividade e promover, nos diversos grupos sociais, as múltiplas forças de participação nas diversas atividades da vida comunitária.

A estrutura de animação global se comporá dos seguintes setores:

b.1) setor de base, criado em função das necessidades da coletividade tomada como um todo;

b.2) setor em torno do qual se articula o conjunto das relações sociais entre grupos autônomos mas mantendo suas relações com a coletividade;

b.3) setor independente relativo aos equipamentos sociais mais restritos destinados a atender às necessidades cotidianas da recreação.

A animação materializar-se-á por intermédio da criação de um grupo de trabalho permanente e de atuação específica, podendo ser formado basicamente por animadores, sociólogos, psicólogos, educadores, especialistas em recreação, assessorados por elementos integrantes dos diversos setores da vida social e cultural da comunidade e técnicos em comunicação de massas, tendo por função:

1) criar, desenvolver e aplicar a filosofia de recreação urbana, promovendo uma política de desenvolvimento cultural junto à população;

2) planejar a animação dos espaços e equipamentos urbanos de recreação;

3) desenvolver o Plano de Turismo Urbano e Regional, promovendo o potencial do setor;

4) estimular o hábito de recreação e utilização do equipamento recreativo;

5) manter atualizado o calendário turístico da cidade;

6) pesquisar e atualizar com a frequência necessária as demandas recreativas da população;

7) coordenar, com entidades públicas, privadas e órgãos de planejamento, os trabalhos de planejamento da animação e aplicação de suas atividades;

8) entrosar, com unidades de serviços de bairros, as formas locais de animação.

c) Programação dos Diversos Equipamentos

A programação dos equipamentos obedece ao esquema de infra-estrutura adotado e à qualidade permanente da animação, que virão se integrar definitivamente ao complexo planejado. Esta última fase de integração dos espaços de recreação ao quadro permanente da vida cotidiana é uma síntese de formas e funções a partir da criação arquitetural e da dinâmica de animação.

Nesta etapa não se deve esquecer que a grande qualidade de um equipamento social é a opção que ele oferece a seus usuários de ser manipulado imaginativamente com criação e liberdade.

d) Proposições Operacionais

A síntese de um plano são as operações que ele propõe, a sistemática de trabalho pela qual suas diretrizes básicas se materializam na execução das obras. É óbvio que qualquer plano setorial urbano, como este, está sujeito a uma permanente revisão e a constante atualização de seus objetivos, porque talvez mais do que os outros, está intimamente ligado à mente das pessoas, às suas necessidades essenciais como seres lúdicos e à constante modificação da cultura social. O roteiro proposto compor-se-ia dos seguintes itens, alinhados em ordem cronológica:

d.1) definição dos espaços de recreação, sua utilização, equipamento, infra-estrutura de apoio e áreas de influência;

d.2) reserva de áreas livres por intermédio da declaração de utilidade pública e desapropriação sucessiva dos espaços necessários à implantação do plano;

d.3) definição das estruturas de serviços necessárias e adequação das mesmas aos planos setoriais específicos (sistema viário, transportes, luz, água, etc.);

d.4) estudos de implantação, compra e fabricação de equipamentos mínimos para as áreas de grande densidade de utilização e parques;

d.5) criação de um grupo de trabalho permanente responsável pela animação, que terá a finalidade de atualizar constantemente a demanda e programar planos gerais e setoriais das atividades recreativas da população;

d.6) elaboração do plano financeiro do plano físico, análise das fontes de recursos em face dos prazos de execução. Elaboração do cronograma físico-financeiro;

d.7) plano de prioridades para a aquisição de novas áreas;

d.8) plano de prioridades para a adequação ao plano de remodelação e complemento das áreas existentes;

d.9) plano de prioridades para a execução de novas praças, ruas de recreação e parques;

- d.10) projeto financeiro dos planos prioritários;
- d.11) alocação do pessoal técnico-administrativo para atender à animação e à manutenção das áreas;
- d.12) elaboração de legislação das áreas de recreação e das áreas verdes;
- d.13) medidas complementares de sinalização e execução de obras de apoio;
- d.14) contatos com órgãos federais, regionais, estaduais e municípios vizinhos, quanto aos espaços regionais e estudo de possibilidade de implantação de grandes parques metropolitanos ou regionais, estaduais e federais.

Cada cidade é uma estrutura diversa e exigirá medidas particulares, de modo que, se o roteiro acima procurou ser o mais abrangente possível, o seu detalhamento só será possível em face do conhecimento de cada caso particular.

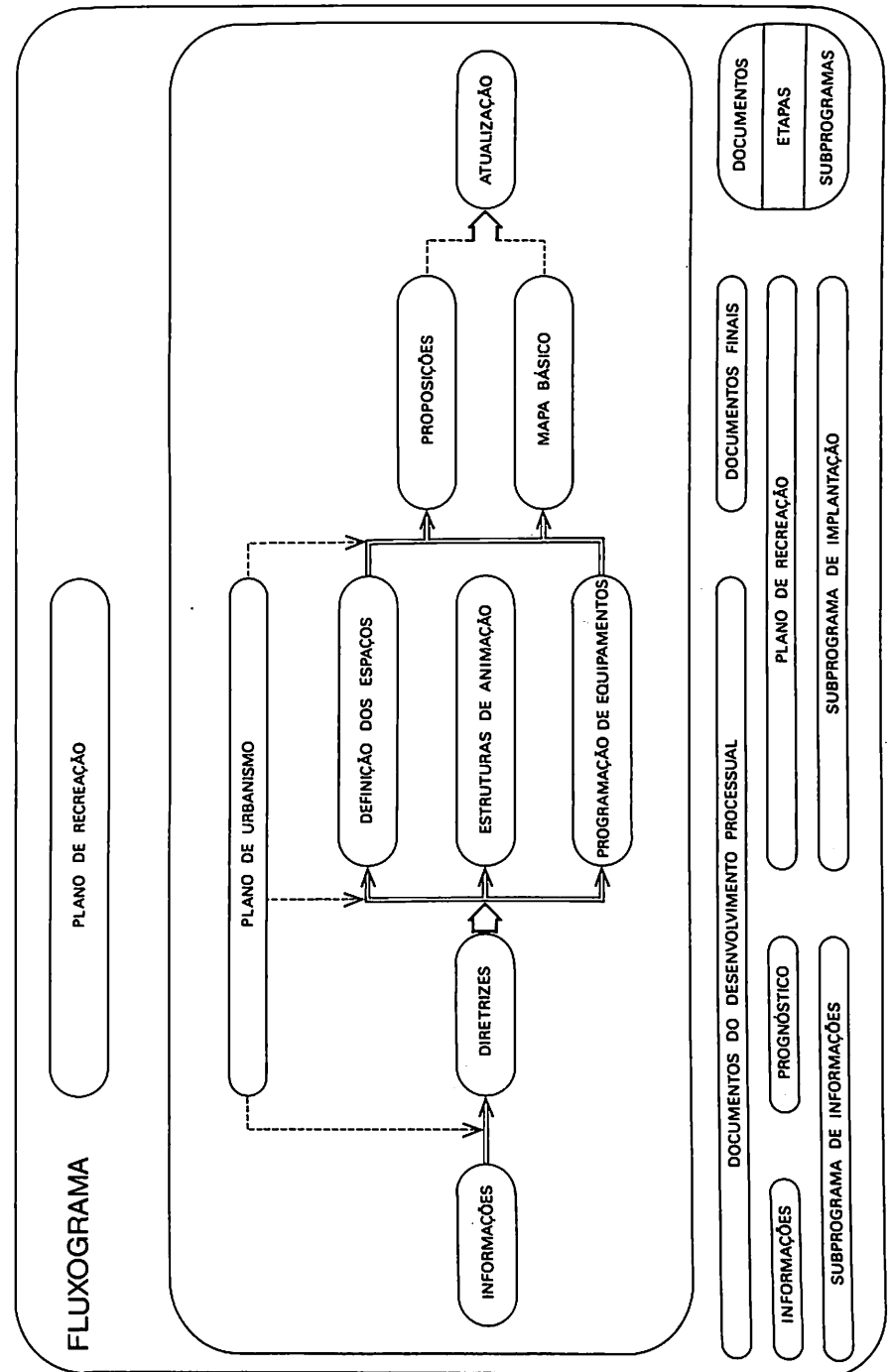
e) Mapa Básico do Plano

A definição dos espaços de recreação e seus componentes acessórios darão origem a um Mapa Básico do Plano e que deverá conter, definindo as diversas etapas de implantação:

- e.1) os eixos de desenvolvimento urbano e a rede de comunicações, que fixam o limite e a forma da cidade;
- e.2) repartição do contexto urbano dos espaços de recreação:
 - áreas de grande densidade de utilização, repartidas homoganeamente pela cidade;
 - parques naturais de utilização variada;
 - sítios históricos e culturais;
- indicação, se houver, de:
 - zonas naturais e históricas;
 - espaços selvagens;
- e.3) indicação das zonas de influência e freqüência prováveis dos parques naturais e sítios históricos e culturais;
- e.4) indicação da infra-estrutura de serviços existentes.

f) Atualização

O plano não deve ser estático ou pretender ser definitivo. Os seus documentos devem ser flexíveis, de modo a permitir sua constante atualização em função do desenvolvimento da cidade, do aprimoramento dos níveis de informação, da evolução do planejamento e dos recursos financeiros.



BIBLIOGRAFIA

1. LES BESOINS en Espaces Extérieurs et Leur Equipament. *Urbanisme*. 90/1:28-43.
2. CANDILIS, Georges. Vers une architecture du loisir. *L'Architecture d'aujourd'hui*. 151(15) avr./mai., 1967.
3. CLAY, Nanine. *Landscapes for urban play*. The Architectural Forum. 137(3):34-9, Oct. 1972.
4. HUISINGA, Johan. *Homo ludens*. s.l. Perspectiva. s.d.
5. PARANÁ. IPPUC. *Plano de educação*. Curitiba, IPPUC, 1972.
6. PARANÁ. IPPUC. *Plano de recreação*. Curitiba, IPPUC, 1972.
7. RECREATION in the Nation's Cities Problems and Approaches. *National Leagues of Cities*. Dec. 1968.
8. REINER, B. F. Recreation Facilities. *Ekistics*. 28(166):199/201, Sep. 1967.
9. TONEV, Lyuben. *Town planning and recreation*. Sofia, International Union of Architects, 1972.
10. A RECREAÇÃO em Curitiba: Pesquisa, Diagnóstico e Propostas. Curitiba, IPPUC, 1973.

URBAN PLANNING AND LEISURE

This work was presented to the First Seminar on Leisure by the group from the Institute of Research and Urban Planning of Curitiba, in November, 1974.

Spaces for recreation, their shape and nature, and the general objectives of Urban Leisure Planning are the main topics analyzed. A recreation plan followed by its basic methodology is also included.

PLANIFICATION URBAINE ET LOISIR

Ce travail a été présenté à Curitiba, pendant le 1^{er} Séminaire sur le Loisir, organisé par l'équipe de l'Institut de Recherche et Planification Urbaine de Curitiba, au moi de novembre, 1974.

À cette occasion, les principaux aspects analysés ont été l'ambiance pour la récréation, sa forme et sa nature, et les objectifs généraux de la Planification du Loisir Urban. Le travail présente encore un plan pour la récréation, accompagné d'instructions pour l'exécuter.